



thelenacrad@hotmail.com

Impresso: quinta-feira, 21 de junho de 2007 17:40:28

De: Marcelo Nascimento <popularzonaleste@terra.com.br>
Responder para: per_educa@yahoogrupos.com.br
Enviado: segunda-feira, 4 de junho de 2007 15:34:30
Para: per_educa@yahoogrupos.com.br
Assunto: [per_educa] REDUÇÃO

Maioridade Penal: a favor ou contra

Atividade nos últimos dias

Novos usuários **2**

(Jornal da Cidade - Inserida em 01/06/2007 - (16h30))

Visite seu Grupo
Yahoo! Mail

Conecte-se ao mundo

Quando se fala em tomar medidas legais para combater a criminalidade, inevitavelmente vem à tona a discussão sobre a redução da maioridade penal, a idade em que, diante da lei, um jovem passa a responder inteiramente por seus atos, como os cidadãos adultos.

Proteção anti-spam

Muito mais espaço

A morte do menino João Hélio, de 6 anos, arrastado por um carro depois de um assalto no Rio de Janeiro, reacendeu o debate sobre a redução da maioridade penal no país. Como em outros crimes violentos, menores de idade tiveram papel ativo no brutal crime - mas poderão ficar no máximo 3 anos presos.

Yahoo! Barra

Instale grátis

Doze projetos de lei e 27 emendas para alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tramitam na Câmara dos Deputados. Um grupo de deputados quer apresentar um projeto condensando todas essas propostas. A idéia é propor penas mais severas para os crimes considerados leves com internação de até três anos, os graves com tempo mínimo de internação de três anos e os hediondos com o mínimo de cinco anos. O tempo de pena será reavaliado a cada três anos e poderá ser reduzido ou ampliado, de acordo com o comportamento do menor infrator.

Buscar sites na web

Checar seus e-mails .

Yahoo! Grupos

Crie seu próprio grupo

Saiba quais são os principais argumentos dos defensores e dos críticos da medida - e como a mudança na lei poderia ser realizada.

A melhor forma de
comunicação

O Ouro Fino Online realizou do dia 16 a 31 maio, uma enquete sobre o assunto. Participaram 133 internautas, dos quais 85,71% responderam ser a favor da redução da maioridade penal e 14,29% responderam ser contra a redução.

O que é maioridade penal?

A maioridade penal fixada em 18 anos é definida pelo artigo 228 da Constituição. É a idade em que, diante da lei, um jovem passa a responder inteiramente por seus atos, como cidadão adulto. É a idade-limite para que alguém responda na Justiça de acordo com o Código Penal. Um menor é julgado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O que diz a legislação brasileira sobre infrações de quem não atingiu a maioridade penal?

Pela legislação brasileira, um menor infrator não pode ficar mais de três anos internado em instituição de reeducação. É uma das questões mais polêmicas a respeito da maioridade penal. As penalidades previstas são chamadas de "medidas socioeducativas". Apenas crianças

Assunto: [per_educ] REDUÇÃO
 Para: per_educ@yahoogroups.com.br
 Enviado: segunda-feira, 4 de junho de 2007 13:34:30
 Para: per_educ@yahoogroups.com.br
 Responder
 De: Marcelo Nascimento <copuliztona@terra.com.br>

Maioridade penal: a favor ou contra

Atividade nos últimos dias

3

Novos usuários

Visite seu Grupo
 Yahoo! Mail

Conecte-se ao mundo

Proteção anti-spam

Muito mais espaço

Yahoo! Games

Instale grátis

Busque sites na web

Grupos seus e-mails

Yahoo! Grupos

Crie seu próprio grupo

A melhor forma de comunicação

Quando se fala em tornar medidas legais para combater a criminalidade juvenilmente vem à tona a discussão sobre a redução da maioridade penal, a idade em que, diante da lei, um jovem passa a responder internamente por seus atos, como cidadão adulto.

A morte do menino João Hélio, de 6 anos, assassinado por um cara depois de um assalto no Rio de Janeiro, reacendeu o debate sobre a redução da maioridade penal no país. Como em outros crimes violentos, menores de idade tiveram papel chave no brutal crime - mas poderão ficar no máximo 3 anos presos.

Dez projetos de lei e 27 emendas para alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tramitam na Câmara dos Deputados, um grupo de deputados quer apresentar um projeto contendo todas essas propostas. A ideia é acabar com a maioridade penal de crimes considerados leves com pena máxima de até três anos, os crimes com tempo mínimo de internação de três anos e de reclusão com o mínimo de cinco anos. O tempo de pena será reavaliado a cada três anos e poderá ser reduzido ou ampliado, de acordo com o comportamento do menor infrator.

Sabe quais são os principais argumentos dos defensores e dos críticos da medida - e como a mudança na lei poderá ser realizada?

O Guia Frio Online realizou do dia 16 a 31 maio, uma enquete sobre o assunto. Participaram 133 internautas, dos quais 82,71% responderam ser a favor da redução da maioridade penal e 16,29% responderam ser contra a redução.

O que é maioridade penal?

A maioridade penal fixada em 18 anos é definida pelo artigo 228 da Constituição. É a idade em que, diante da lei, um jovem passa a responder internamente por seus atos, como cidadão adulto. É a idade-limite para que alguém responda na Justiça de acordo com o Código Penal. Um menor é julgado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O que diz a legislação brasileira sobre infratores de quem não atingiu a maioridade penal?

Para legislação brasileira, um menor infrator não pode ficar mais de três anos internado em instituição de reclusão. É uma das questões mais polêmicas a respeito da maioridade penal. As penalidades previstas são chamadas de "medidas socioeducativas". Apenas crianças

até 12 anos são inimputáveis, ou seja, não podem ser julgadas ou punidas pelo Estado. De 12 a 17 anos, o jovem infrator será levado a julgamento numa Vara da Infância e da Juventude e poderá receber punições como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional. Não poderá ser encaminhado ao sistema penitenciário.

Como é a legislação brasileira em relação a outros países?

A legislação brasileira sobre a maioridade penal entende que o menor deve receber tratamento diferenciado daquele aplicado ao adulto. Estabelece que o menor de 18 anos não possui desenvolvimento mental completo para compreender o caráter ilícito de seus atos. Adota o sistema biológico, em que é considerada somente a idade do jovem, independentemente de sua capacidade psíquica. Em países como Estados Unidos e Inglaterra não existe idade mínima para a aplicação de penas. Nesses países são levadas em conta a índole do criminoso, tenha a idade que tiver, e sua consciência a respeito da gravidade do ato que cometeu. Em Portugal e na Argentina, o jovem atinge a maioridade penal aos 16 anos. Na Alemanha, a idade-limite é 14 anos e na Índia, 7 anos.

Quais os argumentos para reduzir a maioridade penal?

Os que defendem a redução da maioridade penal acreditam que os adolescentes infratores não recebem a punição devida. Para eles, o Estatuto da Criança e do Adolescente é muito tolerante com os infratores e não intimida os que pretendem transgredir a lei. Eles argumentam que se a legislação eleitoral considera que jovem de 16 anos com discernimento para votar, ele deve ter também tem idade suficiente para responder diante da Justiça por seus crimes.

Quais mudanças são as propostas em relação à maioridade penal?

Discute-se a redução da idade da responsabilidade criminal para o jovem. A maioria fala em 16 anos, mas há quem proponha até 12 anos como idade-limite. Propõe-se também punições mais severas aos infratores, que só poderiam deixar as instituições onde estão internados quando estivessem realmente "ressocializados". O tempo máximo de permanência de menores infratores em instituições não seria três anos, como determina hoje a legislação, mas até dez anos. Fala-se em reduzir a maioridade penal somente quando o caso envolver crime hediondo e também em imputabilidade penal quando o menor apresentar "idade psicológica" igual ou superior a 18 anos.

O que dizem os que são contra a redução da maioridade penal?

Os que combatem as mudanças na legislação para reduzir a maioridade penal acreditam que ela não traria resultados na diminuição da violência e só acentuaria a exclusão de parte da população. Como alternativa, eles propõem melhorar o sistema socioeducativo dos infratores, investir em educação de uma forma ampla e também mudar a forma de julgamento de menores muito violentos. Alguns defendem mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer regras mais rígidas. Outros dizem que já faria diferença a aplicação adequada da legislação vigente

Quem é contra a redução da maioridade penal?

Representantes da Igreja Católica e do Poder Judiciário combatem a redução da maioridade penal. Para a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, a melhor solução seria ter uma "justiça penal mais ágil e rápida". O presidente Luiz Inácio Lula da Silva diz que o Estado "não pode agir emocionalmente", pressionado pela indignação provocada por crimes bárbaros. Karina Sposato, diretora do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção e Tratamento da Delinqüência (Ilanud), diz que o país não deveria "neutralizar" parte da população e sim procurar "gerir um sistema onde as pessoas possam superar a delinqüência". Tanto o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, como o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, afirmam

que reduzir a maioria penal não seria uma solução para a violência.

Quem se manifestou a favor da redução da maioria penal?

Os quatro governadores da região Sudeste - José Serra (PSDB-SP), Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ), Aécio Neves (PSDB-MG) e Paulo Hartung (PMDB-ES) propõem ao Congresso Nacional alterar a legislação para reduzir a maioria penal. Eles querem também aumentar o prazo de detenção do infrator para até dez anos. Além dos governadores, vários deputados e senadores querem colocar em votação propostas de redução da maioria.

Quais são os trâmites legais para reduzir a maioria penal?

Depois de ser discutida pelo Senado, a proposta de emenda constitucional (PEC) deve ir a plenário para votação em dois turnos. Na sequência, a proposta tem de ser votada pela Câmara dos Deputados para transformar-se em lei.

Que propostas sobre maioria penal serão avaliadas pelo Congresso Nacional?

Das seis propostas de redução da maioria penal que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado avalia, quatro reduzem a maioria de 18 para 16 anos, e uma para 13 anos, em caso de crimes hediondos. Há ainda uma proposta de emenda constitucional (PEC), do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que determina a imputabilidade penal quando o menor apresentar "idade psicológica" igual ou superior a 18 anos.

Quando a Câmara dos Deputados votará as propostas de redução de maioria penal?

Não há prazo definido. O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), não quis incluir o assunto entre as primeiras medidas do chamado "pacote da segurança". O que tem ocorrido é que em períodos de comoção e mobilização da opinião pública o assunto ganha visibilidade e várias propostas chegam ao Congresso. Passada a motivação inicial, os projetos caem no esquecimento. A proposta para redução da maioria está parada no Congresso desde 1999. Desde 2000, esta é a quarta vez que um "pacote de segurança" é proposto. O último "esforço concentrado" foi em junho de 2006, após os ataques do PCC em São Paulo, quando o Senado aprovou 13 projetos de endurecimento da legislação penal, que não incluíam a discussão sobre a maioria. Em 2003, após a morte de dois juizes, houve uma "semana da segurança". Em 2000, depois de um seqüestrador de um ônibus ser morto ao lado de uma refém, a Câmara e o Senado criaram uma comissão mista para discutir o endurecimento das leis. Não houve votação originada desta comissão.

Mensagens neste tópico (1) Responder (através da web) | Adicionar um novo tópico

Mensagens | Arquivos | Fotos | Links | Banco de dados | Enquetes | Associados | Agenda

YAHOO! GRUPOS
BETA

Alterar configurações via web (Requer Yahoo! ID)

Alterar configurações via e-mail: Alterar recebimento para lista diária de mensagens | Alterar formato para o tradicional

Visite seu Grupo | Termos de uso do Yahoo! Grupos | Sair do grupo

Visite seu Grupo | Temas de uso do Yahoo! Grupos | Site do grupo

formato para o tradicional
Alterar configurações via e-mail: Alterar recebimento para lista diária de mensagens | Alterar

Alterar configurações via web (Requer Yahoo! ID)

Yahoo! Grupos

Mensagens | Arquivos | Fóruns | Links | Bases de dados | Endereços | Assinaturas | Agendas

Mensagens neste tópico (1) | Responder (link de web) | Adicionar um novo tópico

endendimento das leis. Não houve qualquer criação desta comissão

então, a Câmara e o Senado criaram uma comissão mista para discutir o

2000, depois de um acórdão de um órgão superior em 1999, em

2003, após a morte de dois juizes, houve uma "semana da segurança". Em

legislação penal, que não incluiu a discussão sobre a redução da

São Paulo, quando o Senado aprovou 13 projetos de endowment da

"estorço concentrado" foi em junho de 2004, após os ataques do PCC em

esta é a quarta vez que um "pacote de segurança" é proposto. O último

redução da maioridade está parada no Congresso desde 1999. Desde 2000,

motivação inicial, os projetos caminham no esquadron. A proposta para

visibilidade e várias propostas chegam ao Congresso. Passada a

períodos de comição e mobilização da opinião pública o assunto ganha

medidas do chamado "pacote da segurança". O que tem ocorrido é que em

Crinópolis (PT-SP), não quis incluir o assunto entre as primeiras

Não há prazo definido. O presidente da Câmara dos Deputados, Afonso

maioridade penal?

Quando a Câmara dos Deputados votar as propostas de redução de

quando o menor apresentar "idade patológica", qual ou superior a 18 anos

senado. Porém, a proposta de redução da maioridade penal

reduzindo. Há ainda uma proposta de alteração constitucional (PEC) do

maioridade de 18 para 16 anos, e uma para 15 anos, em caso de crimes

Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou, quando reduzem a

Das seis propostas de redução da maioridade penal que a Câmara do

Nacional?

Que propostas sobre maioridade penal serão avaliadas pelo Congresso

para transformar-se em lei.

Nas seguintes, a proposta tem de ser votada pela Câmara dos Deputados

constitucional (PEC) deve ir a plenário para votação em dois turnos

Depois de ser discutida pelo Senado, a proposta de alteração

Quais são os limites legais para reduzir a maioridade penal?

de maioridade.

deputados e senadores devem colocar em votação projetos de redução

distinção do infrator para este tipo de crime. Além dos governadores, vários

reduzir a maioridade penal. Eles devem também aumentar o prazo de

(PMDB-SP) propõem ao Congresso Nacional alterar a legislação para

George Cabral Filho (PMDB-RJ), Adão Neves (PSDB-RS) e Paulo Hartung

Os quatro governadores da região sudeste - José Serra (PSDB-SP),

Quem se manifestou a favor da redução da maioridade penal?

que reduza a maioridade penal não seria uma solução para a violência.